

# **A Igreja conclui que deve influir na Constituinte**

**A decisão foi tomada pelo  
Conic (Conselho Nacional das  
Igrejas Cristãs), diante do  
que chama "hegemonia  
conservadora" no processo de  
formação da Constituinte.**

lítica", o documento aprovado pelo Conic destaca que "a Igreja sente como seu direito e dever encarnar-se, em meio aos desafios e aspirações do seu tempo, rumo à construção do reino (de Deus), porque o cristianismo deve evangelizar a existência humana em sua totalidade, inclusive a dimensão política". No processo de escolha dos candidatos, durante as reuniões populares promovidas no âmbito eclesial, prossegue o documento, mesmo reconhecendo-se que "não haverá democracia estável sem partidos fortes e enraizados nos interesses populares, no atual estágio da democratização em nosso País mais importante que as filiações partidárias ou religiosas são os compromissos e testemunhos dos candidatos com a causa do povo".

As cinco Igrejas que compõe o Conic manifestam, ainda, disposição de apoiar "manifestações populares para levar à ruas, às praças, e aos campos, temas importantes como reforma agrária, salário justo, organização sindical, Lei de Greve, estabilidade

no emprego, condições dignas de existência, dívida externa, segurança nacional e outros problemas relevantes da sociedade brasileira, que devem ser objeto de debates, estudos para, ao final, serem incorporados ao novo texto constitucional".

Elaborado pela Coordenadoria Eclética de Serviço, o documento ontem aprovado pelo Conic ressalta haver em todo o País uma "grande distância entre as conversas e opiniões do povo da roça e das favelas e o processo constituinte". Observa que, "além das pressões limitativas à ampliação dos debates, grande parte da população vê-se absorvida somente no trato de sua situação mais imediata e concreta de fome, desemprego, desabrigo, doença, abandono".

Em entrevista após a reunião do Conic, o presidente da entidade, d. Ivo Lorscheiter, também presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sustentou que nas reuniões populares promovidas pelas Igrejas para tratar da escolha dos candidatos à Constituinte não serão citados nomes de candidatos nem de partidos. Segundo d. Ivo, haverá apenas debates sobre quais princípios seriam os mais convenientes para integrar a nova Constituição. Argumentou que nem o povo gostaria que a Igreja "avançasse demais, indicando candidatos", nem a Igreja pretende reeditar a Liga Eleitoral Católica — que fez ampla campanha eleitoral na Constituinte de 1934. Disse ainda, não haver fundamento nas acusações de que amplos setores da Igreja estariam engajados no PT. Prova disso, sustentou, são os próprios resultados das últimas eleições: "Se as comunidades eclesiais de base estivessem tão maciçamente apoiando o PT, ele teria feito muito mais votos".